

# A política de educação de adultos: a campanha de 1947

Leôncio José Gomes Soares\*

## Resumo

A Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos no Brasil (1947/1963) foi um marco importante no processo de constituição do campo teórico-prático da área. Este texto procura reconstituir, a partir de entrevistas realizadas, do acesso a fontes primárias e de pesquisas já realizadas sobre o tema, o que foi a Campanha de Educação de Adultos no Estado de Minas Gerais. Nele demonstramos que diversas concepções a respeito da educação de adultos conviveram entre o início da Campanha e o golpe de 64. Essas concepções variaram em consequência de fatores diversos, associados às mudanças socioeconômicas, políticas e culturais ocorridas nos diferentes momentos.

## Palavras-chaves

Educação de Adultos, Política Educacional, História da Educação

## Abstract

The first National Adult Education Campaign in Brazil (1947/1963) was an important mark in the process for the constitution of the theoretical practical field of the area. This text aims to rebuild, from the interviews done, the contact with primary and research sources about the subject, what was the Adult Education Campaign in Minas Gerais. In this, we demonstrate that several conceptions related to the adult education were on between the beginning of the Campaign and the 1964 Coup D'état. This conception vary because of different facts, associated to the political, cultural and social economical changes that happened in different moments.

## Keywords

Education of Adults, Educational Policies, History of Education

\* Faculdade de Educação  
da Universidade  
Federal de Minas Gerais  
(UFMG)

Este texto procura reconstituir aspectos do que foi a Campanha de Educação de Adultos no Estado de Minas Gerais, a partir do acesso a fontes primárias, de entrevistas e de pesquisas já realizadas sobre o tema. A Primeira Campanha de Educação de Adultos foi um marco importante no processo de constituição do campo teórico-prático da área. Diferentes etapas marcaram o desenvolvimento da Campanha em todo o país. De 1947, data de seu lançamento, até o início da década de 50, um clima de euforia caracterizou o movimento: datam desse período as suas principais conquistas. Entre aproximadamente 1951 e 1954, as atividades se expandem, embora não provoquem mais tanto entusiasmo. Segundo avaliação de Beisiegel (1974), nesse momento, há uma progressiva absorção da Campanha pela rotina administrativa. A partir de 1954, inicia-se sua fase de declínio: "...o voluntariado praticamente deixa de existir, a execução dos planos pelos diversos Estados era freqüentemente fictícia, e a qualidade do ensino ministrado era extremamente precária." (PAIVA, 1987:191).

Com a meta de abrir dez mil classes de ensino supletivo em cidades, vilas e povoados para adolescentes e adultos analfabetos foi, então, lançada em janeiro de 1947, pelo então Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, a primeira campanha, em âmbito nacional, de educação de adultos. Antes de a Campanha ser lançada, havia um pouco mais de 2000 classes de ensino supletivo, concentradas na Capital Federal e nas capitais dos Estados. No ano anterior ao da Campanha, 1946, a matrícula geral atingiu 164.487 alunos. Com o início do movimento, esses números se elevaram e o atendimento se estendeu pelos municípios do interior do país (Campanha..., 1950b).

O recenseamento de 1940 havia revelado a taxa de 55% de analfabetos na população acima de 18 anos: metade da população produtiva do país estava impossibilitada de participar do "mercado formal de trabalho" e da "vida cívica". Para tanto, a campanha visava à "recuperação de grande massa da população brasileira desprovida de instrução." (Cam-

panha..., 1947:2). Visto, então, como um esforço jamais tentado de uma só vez no país, o plano da Campanha admitia, onde fosse conveniente, o funcionamento de classes para dois turnos, em dias alternados — turno de adolescentes e turno de adultos — pretendendo matricular meio milhão de alunos. Não era só ao aspecto quantitativo e nem apenas à alfabetização que visava a campanha. Cada classe seria um centro de propagação de informações úteis de educação da saúde, da educação física, das técnicas de produção agrícola e de pequenas indústrias.

O Coordenador Geral da Campanha e Diretor do Departamento Nacional de Educação, Lourenço Filho, em comunicação enviada aos secretários de educação dos estados e territórios, solicitou que fosse feito esclarecimento junto a associações e ao público em geral, a fim de que se obtivesse vigoroso movimento de opinião em prol do desenvolvimento da educação popular (Campanha..., 1947a). A expressão educação popular nesse período, segundo Beisiegel, está inserida em um contexto onde coexistiam dois sistemas paralelos de educação, um para o "povo" e o outro para as classes superiores:

*"Aqui, a expressão educação 'popular' se definiu em oposição ao ensino de tipo secundário. Este ensino e a sua continuação natural nas escolas superiores apareciam como a educação seletiva. Tudo o mais, o ensino público elementar e as poucas escolas de preparação profissional, viriam a constituir o ensino do 'povo'." (BEISIEGEL, 1974:22).*

Publicada em janeiro de 1947, a Portaria nº 57 autorizava o Departamento Nacional de Educação a coordenar os trabalhos de execução do Plano de Ensino Supletivo. Para isso, foi criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA), com recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário.<sup>1</sup> Em abril de 1947, a Portaria nº 8 estabeleceu, em Minas, as normas para a instalação das classes destinadas à alfabetização de adolescentes e adultos de acordo com o Plano Nacional de Educa-

<sup>1</sup> O Decreto Lei nº 4958, de 14 de novembro de 1942, institui o Fundo Nacional de Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional do Ensino Primário. O Decreto nº 19513, de 25 de agosto de 1945, regulamenta a concessão do auxílio federal para o ensino primário. O artigo 4º §2 define que a importância correspondente a 25% de cada auxílio federal será aplicada na *educação primária de adolescentes e adultos analfabetos*, observados os termos de um *plano geral de ensino supletivo*, aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde.

ção de Adultos.<sup>2</sup> Cada classe seria constituída de cinquenta a sessenta alunos, distribuídos em duas turmas, que só em casos excepcionais poderiam ser mistas, sob a regência de um só professor, que daria aulas em dias alternados para cada turma. As aulas seriam à noite, de segunda-feira a sábado, com a duração de duas horas.

Com base nas Constituições brasileiras, Beisiegel afirma o caráter do Estado em desenvolver projetos dessa natureza, elaborando políticas sociais no sentido de se antecipar às solicitações da população. Para o autor, as transformações ocorridas no país a partir de 1930, com a crescente urbanização e industrialização do país e a redefinição do papel do Estado, provocaram uma maior ação do mesmo na educação, não como decorrência do cumprimento de um programa global preestabelecido, mas da "evolução das respostas possíveis às situações problemáticas que se apresentam" (BEISIEGEL, 1974:75). Principalmente a partir da redemocratização em 1945, o problema da educação de adultos torna-se, também, preocupação importante em diversos setores da vida social. O final da II Guerra Mundial, com a vitória dos aliados, representando os ideais democráticos, e a derrota do nazi-fascismo, expressão dos regimes totalitários, contribuiu para que seja enfatizada a necessidade de educação das massas.

A educação de adultos para a democracia será, nesse sentido, o principal fundamento da Campanha: "um meio para assegurar a estabilidade das instituições através da integração das massas marginalizadas ao processo político e um instrumento para a preservação da paz social." (PAIVA, 1987:181). A preocupação em "recuperar" a população incapacitada de participar produtivamente do mercado de trabalho e da vida cívica, com a volta das eleições diretas, será constantemente evocada pelos coordenadores da Campanha.

A Campanha foi lançada na mesma semana em que se realizava o Iº Congresso Nacional de Educação de Adultos, que pode ser considerado um marco no

registro das idéias e das práticas de educação de adultos desenvolvidas, até então, no Brasil. Os trabalhos apresentados (23 no total) foram organizados em temas: a realidade da educação de adultos no país, aspectos sociais do problema, aspectos da orientação didática, questões de administração escolar e do pessoal docente (Congresso..., 1950). Em cada um dos temas, pontos específicos foram discutidos (Congresso..., 1950, p.27-28). Entre as recomendações apontadas pelo Congresso, estava a necessidade da elaboração imediata de uma Lei Orgânica de Educação de Adultos abrangendo o ensino supletivo primário, o ensino de continuação e de aperfeiçoamento, com expedição de diplomas reconhecidos oficialmente. Recomendou-se, ainda, que os cursos fossem instalados em centros populosos, com programas que permitissem flexibilidade de acordo com as condições regionais. A atribuição de autonomia aos serviços de educação de adultos existentes e a serem criados para que funcionassem como setores especializados nas organizações oficiais de ensino foi outro aspecto recomendado. Finalmente, o Congresso indicava que o "ideal" a ser atingido deveria visar à criação de Universidades Populares.

Em relação ao corpo docente, recomendações específicas foram feitas. Inicialmente, indicou-se que, na organização dos quadros docentes do ensino de adultos, fossem atendidas as condições econômicas do professor de forma a lhe permitir existência condigna, "no exercício de sua elevada missão". Programas bem organizados, livros didáticos adequados, assistência constante dos superiores e colaboração geral foram fatores considerados relevantes para que o trabalho do professor de adultos pudesse ser desenvolvido em boas condições. A promoção de cursos de férias e de extensão universitária, além de conferências culturais para que se conhecessem as organizações escolares de outros países, foi outro aspecto considerado importante. Estava ainda entre as deliberações do Congresso a indicação de que, nos planos de educação de adultos, fosse considerada a necessidade de especiali-

<sup>2</sup> A Portaria nº 8 foi publicada na íntegra na página 5 do "MINAS GERAIS" de 29 de abril de 1947.

zação de professores, mediante cursos e sua seleção por meio de provas de capacidade. Finalmente, recomendava-se que fosse motivada a realização periódica de Congressos, como o que então se realizava.

Desde o início, uma das bases principais da Campanha, foi a ação de voluntários. O voluntariado era visto como cooperação popular e se viabilizaria mediante a contribuição espontânea de qualquer entidade — associações culturais e religiosas, partidos políticos, sindicatos, empresas comerciais, industriais e agrícolas, instituições pedagógicas privadas, instituições paraestatais — ou de indivíduos que desejassem se associar ao movimento. Esse aspecto da Campanha baseava-se no princípio de que “se cada alfabetizado ensinar um analfabeto a ler, o analfabetismo mais rapidamente se extinguirá.” (Campanha..., 1948:7). Aos poucos, a ação do voluntariado vai-se tornando cada vez mais escassa. Em 1955, quando a Campanha já se encontrava em fase de declínio, o Ministério da Educação buscou, através da Portaria n.109, recuperar a ação dos voluntários, concedendo-lhes algumas vantagens por sua colaboração. A Portaria caracteriza o momento como de mobilização geral contra o “analfabetismo” e a “deseducação”.

Em Minas, principalmente em sua primeira fase, a Campanha contou com diversos colaboradores voluntários. O próprio governador Milton Campos enviou ao prefeito de Belo Horizonte, telegrama<sup>3</sup> solicitando a sua cooperação, no sentido de ‘angariar voluntários’ para a Campanha de Educação de Adultos. Esse fato vem reforçar a freqüência com a qual as políticas públicas valiam-se de ações espontâneas para atender os direitos à educação.

Das normas relativas à organização do ensino supletivo, o Plano da Campanha enfatizava três pontos. O primeiro deles indicava que não se poderia visar apenas à simples alfabetização, mas a uma ação educativa real, comunicando aos alunos a boa utilização da leitura e as mais “nobres” preocupações da vida:

*“Ensinar a ler é bom, mas não será ainda tudo. Será preciso, com a aqui-*

*sição da leitura, favorecer o desenvolvimento dos hábitos de solidariedade social, da visão do bem comum, da compreensão cívica e humana. Será preciso desenvolver e esclarecer as mais nobres e elevadas preocupações da vida. Será preciso ensinar a defesa da saúde, o combate aos vícios, a elevação da vida do trabalho, pela noção de melhores técnicas e de seu aperfeiçoamento constante.”* (Campanha..., 1950:4).

No relatório de 1950 do SEA, considerações a esse respeito são feitas, destacando que as questões de saúde, puericultura, civismo, incentivo à economia e à renovação dos processos de trabalho, estudadas nos cursos, traduziam, na prática, “o espírito dos fundamentos de uma ‘educação de base’ e não só os objetivos de alfabetização em massa.” (Campanha..., 1951:78). No entanto, nos anos finais da Campanha, essa seria uma das maiores críticas que lhe seriam feitas: a de reduzir sua ação à simples alfabetização. Os trabalhos de educação de adultos desenvolvidos pelo Ministério da Educação denotam, no pós-guerra, uma crescente influência da UNESCO, criada em novembro de 1945, como órgão da ONU para o desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura.

Desde a sua criação, a UNESCO vinha estimulando a realização de programas para adultos analfabetos, principalmente nas regiões consideradas “atrasadas”. Os conceitos de “educação de base” e de “educação fundamental” constituíram os fundamentos pedagógico-sociais da Campanha. O conceito de educação fundamental define como conteúdo da educação não somente a leitura, a escrita e o cálculo, mas ainda o conhecimento e compreensão do ambiente físico e dos processos naturais, do ambiente humano e de outras partes do mundo e dos povos que nela habitam. Aspectos do desenvolvimento profissional, de habilidades domésticas, de meios de expressão da personalidade através de artes e ofícios são considerados também conteúdos de ensino. Finalmente, o desenvol-

<sup>3</sup> Telegrama encontrado no inventário de Lourenço Filho - CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

vimento sanitário, moral e espiritual e das qualidades que capacitam o homem a viver no mundo moderno (incluindo a superação do medo e da superstição) são definidos como parte da educação fundamental. Assim, os conteúdos a serem ministrados nas classes de educação de adultos eram praticamente identificados com aqueles ensinados no ensino primário fundamental comum (BEISIEGEL, 1974).

O segundo aspecto abordado pelo Plano da Campanha recomendava que o material para a aprendizagem da leitura e da escrita fosse elaborado pelo SEA, baseado nos princípios do método do Dr. Frank Laubach.<sup>4</sup> Entretanto, no cotidiano das classes de ensino supletivo, ao menos no que se refere a Minas, muitas vezes, o material didático utilizado nos cursos era o mesmo que se usava nas classes de ensino regular diurnas, nos grupos escolares. O terceiro ponto recomendava que fosse feito um aproveitamento das instalações já existentes nas escolas comuns, por duas horas à tarde ou à noite. A regência seria exercida por professores do ensino primário, com a gratificação *pro labore* de Cr\$ 300,00 mensais. Além de receberem um salário simbólico, o trabalho na Campanha, em Minas, não se revertia em benefícios na carreira das professoras que não pertenciam aos quadros do Estado.

Em Minas, o SEA teve, entre suas principais funções, a designação de professores para trabalhar na Campanha. Segundo Maria Lina<sup>5</sup>, funcionária do setor durante vários anos, essas designações obedeciam, na maioria das vezes, às indicações políticas locais. Em outros casos, os próprios diretores dos estabelecimentos faziam a indicação. Apesar da crescente urbanização ocorrida no país, principalmente a partir de 1930,<sup>6</sup> é importante salientar que a influência das oligarquias rurais ainda se fazia sentir com muita força, no período. Segundo Skidmore (1976), os grupos de poder tradicionais mantinham-se fortes principalmente nas áreas intocadas por mudanças econômicas significativas, concentradas no interior, inclusive dos Estados mais desenvolvidos. Mesmo os grupos urbanos mantinham-se estreitamente compro-

metidos, através de ligações familiares e financeiras, com a estrutura agrária tradicional. De modo geral, com "...a volta das eleições livres, era de se esperar que essas áreas continuassem, mais uma vez, a mostrar os vícios políticos da República Velha. Os seus 'chefões' do interior ainda podiam fornecer votos sob medida(...)" (SKIDMORE, 1976:80). Nesse sentido, em um Estado com a dimensão territorial de Minas, a Campanha parece ter servido também ao fortalecimento de certas estruturas de poder tradicionais.

Organizadas por Lourenço Filho, as "Instruções aos Professores", documento da Campanha que visava fornecer orientações àqueles que regeriam as classes, abordam a missão do educador e a especificidade de se trabalhar com adolescentes e adultos. O autor exalta frequentemente a figura do professor, recorrendo a valores diversos, em um esforço retórico para convencê-lo a se comprometer com a Campanha: "Entusiasmo, confiança, energia serena, fortaleza moral, paciência e humildade cristã, tudo isso é esperado de vós, nesta hora de execução do mais amplo e mais belo esforço já tentado pelos educadores brasileiros, pelos vossos colegas de todo o país, por VÓS MESMOS". (Campanha..., 1952:3).

Ainda nas "Instruções aos Professores", são tratadas as especificidades do trabalho com adolescentes e adultos. É requerida atitude especial da parte do professor e a atenção para alguns princípios técnicos (Campanha..., 1952). O primeiro descreve que ensinar a adolescentes e a adultos é mais fácil do que ensinar a crianças: "mais fácil, mais rápido, mais simples". O texto afirma que se pode ensinar a um adolescente, ou adulto, na metade do tempo necessário ao ensino da criança. As crianças estão ainda em crescimento, são menos capazes, agem por impulsos. Ao contrário, o adolescente, ou adulto, que procura uma escola assume consigo mesmo o compromisso de "aprender bem e depressa". Segundo o texto, os adultos não estão incapacitados para a aprendizagem e não são, só pela idade, "cabeças duras" (Campanha..., 1952:4). Um segundo princípio diz

<sup>4</sup> "Frank Charles Laubach, missionário e educador americano, criou um método de ensino de leitura na época em que trabalhava como missionário nas Filipinas (1915-1936). O método foi adotado em vários países, feitas as adaptações necessárias a cada língua" (CARVALHO, 1977:73). O método foi empregado para ensinar leitura aos adultos. Uma síntese de suas características pode ser encontrada em BEISIEGEL (1974).

<sup>5</sup> Entrevista concedida a esse pesquisador pela professora Maria Lina, em 26/04/95.

<sup>6</sup> Se em 1920, a população urbana correspondia a 16% da população total, em 1940, esse número chegou a 31%. (ROMANELLI, 1978:62).

que, tendo assim maior capacidade mental, ou capacidade para aprender mais rápida e facilmente, o adolescente ou adulto analfabeto sente-se muitas vezes desencorajado, por temor de que não possa aprender ou de que esteja sempre errando nas lições, servindo de motivo para zombaria e crítica. O terceiro princípio recomenda fazer de tudo para que esse "sentimento de inferioridade" se atenuie e, por fim, desapareça. O professor precisa mostrar-se compreensivo e humano, tratando a todos não só com "urbanidade", mas com a maior consideração pessoal, para que o adulto analfabeto não se sinta como "criança de escola".

Entretanto, a ausência de métodos e conteúdos de ensino particularmente pensados para a educação de adultos e a falta de uma formação específica dos professores para trabalhar com esse tipo de clientela tornaram-se, com o desenvolvimento da Campanha, algumas das maiores críticas à sua ação, que se tornariam mais agudas, explícitas e generalizadas por ocasião do Congresso de 1958. Na verdade, na maioria das vezes, "...os mesmos professores encarregados do ensino primário infantil, no período diurno, retornavam à escola, à noite, para lecionar em classes de educação de adultos." (BEISIEGEL, 1974, p.118). Em Minas, uma das professoras que esteve na direção, no interior, de grupo escolar noturno nos primeiros anos da Campanha, assinalou que dificuldades eram enfrentadas em relação a esse aspecto: "Era um professor regular, do ensino primário. Só com as exigências de professor. Não tinha um interesse, uma formação específica, porque é diferente lecionar pra criança e adulto, né?" Segundo Maria Lina, a maioria das professoras que se engajou na Campanha, em Minas, era leiga, ou seja, não tinha formação específica para trabalhar com alfabetização de jovens e adultos.

A terceira parte das "Instruções aos Professores" tratava do emprego do Primeiro Guia de Leitura — LER — editado pelo SEA. Nas observações gerais, recomendava aos professores não usar o nome cartilha, por ser tipicamente infantil, e sim Guia de Leitura, que soaria melhor ao ouvido do adulto analfabeto. Na avaliação de Beisiegel, o Primeiro Guia de Lei-

tura "...pouco diferia, em orientação ou conteúdo, das demais cartilhas de alfabetização em uso no ensino primário infantil." (1974:96). Aos professores, era recomendado que todas as noções trabalhadas deveriam "atender a questões práticas de imediata utilidade no ajustamento individual do adolescente e do adulto. Nada de conhecimentos teóricos complexos" (Campanha..., 1952:15). Idéia que seria reforçada em outro trecho do texto:

*"Lembrai-vos de que os alunos vêm às aulas depois de um dia todo de trabalho e, portanto, fatigados. As explicações devem ser atraentes e vivas, com indicação de casos concretos, historietas, casos pitorescos. O aluno deve sentir-se atraído para o trabalho escolar, percebendo que nele emprega bem as suas horas disponíveis e que elas lhe são agradáveis"* (Campanha..., 1952:15).

No decorrer da Campanha, em diversas ocasiões, o adulto analfabeto foi visto, predominantemente, como alguém incapaz e marginal em relação à vida social e econômica do país. Essa concepção só seria rompida, entre alguns grupos que trabalhavam com adultos, no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em 1958, quando Paulo Freire e a equipe pernambucana introduziram um novo olhar a respeito do analfabeto. O que se observa, portanto, nos anos de maior impulso da Campanha, é a predominância de uma visão preconceituosa sobre o adulto que não teve acesso à escolarização:

*"O analfabeto é um ser 'marginal', não pode estar ao corrente dos problemas da vida nacional. Por outro lado, padece de 'minoridade' econômica, política e jurídica: produz pouco e mal, e é freqüentemente explorado em seu trabalho; não pode votar e ser votado; não pode praticar muitos atos de direito. O analfabeto não possui, enfim, sequer os elementos rudimentares da cultura de nosso tempo."* (Campanha..., 1950:8).

<sup>7</sup> Entrevista concedida a esse pesquisador pela professora Marina Couto, em 16/12/92.

A partir de meados da década de 50, a Campanha de Educação de Adultos começa a dar seus primeiros sinais de enfraquecimento, segundo avaliação do próprio Ministério da Educação (Brasil, 1960). O não funcionamento ou as precárias condições das classes de ensino supletivo, a falta de um maior empenho dos Estados em cumprir suas obrigações, a ausência de uma política mais rigorosa de avaliação nos municípios foram sintomas e fatores apontados para a rotina e o baixo rendimento que passaram a caracterizar a Campanha no período: "No princípio de 1956 estava patente que a Campanha não poderia continuar nesse estado. Ou se reabilitaria ou deveria ser encerrada." (BRASIL, 1960:31). Foi com o propósito de "reabilitação" que, nesse mesmo ano, algumas providências foram tomadas pelo Ministério da Educação, como, por exemplo, o treinamento de dez inspetores para percorrerem municípios de dez Estados brasileiros. A partir dessa ação, a coordenação da Campanha pôde avaliar o seu desenvolvimento geral em vários pontos do país: "Os relatórios que trouxeram não foram animadores, porém elucidativos. As observações oriundas dessa inspeção resultaram na promoção do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado na então Capital da República, em julho de 1958." (BRASIL, 1960:31).

De fato, segundo avaliação de Paiva (1987), todos os programas de massa lançados após a queda do Estado Novo, embora tivessem se mantido na década de 50, já não repercutiam na sociedade como nos primeiros anos da redemocratização. Diversos acontecimentos socioeconômicos e políticos contribuíram para a descrença na ação governamental através de grandes campanhas: a euforia democrática havia passado e as condições da guerra fria não favoreciam o fortalecimento da democracia liberal. A política nacional-desenvolvimentista, característica dos anos J.K., questionava a eficiência das campanhas tradicionais na formação de mão-de-obra qualificada para a crescente industrialização. Embora tenha efetiva-

mente contribuído para diminuir os índices de analfabetismo no país, a Campanha era acusada de não ultrapassar, em sua prática, a mera alfabetização, tornando-se uma 'fábrica de eleitores'. Os efeitos da difusão da educação elementar proporcionada pela ação da Campanha podem ser avaliados pelo número de eleitores que tiveram as eleições de 1960: quase o dobro daqueles que participaram das eleições de 1950 (PAIVA, 1987). Além da debilidade interna dos próprios procedimentos da Campanha, a realização do II Congresso, através dos temas discutidos e dos discursos pronunciados pelos representantes do governo no evento, parece revelar a consciência dos que estavam à frente da Campanha, de que era imprescindível colocá-la à serviço dos novos tempos. Era insuficiente a visão, predominante até então, de formar os adultos para a vivência democrática.

A industrialização crescente e o otimismo desenvolvimentista atribuíam com mais força um outro papel para a educação de adultos: formar para o desenvolvimento. Kubitschek conferiu à educação dos adolescentes e adultos um "importante papel na solução dos problemas criados com o desenvolvimento econômico". A expansão industrial estava sendo "tão rápida" que não se poderia esperar a necessária e intensa formação de pessoal tecnicamente habilitado pelo sistema regular de ensino: era "preciso uma ação rápida, intensiva, ampla e de resultados práticos e imediatos, a fim de atendermos às necessidades de nosso crescimento." A capacidade de ler e escrever, a iniciação profissional e técnica, "bem como a compreensão dos valores espirituais, políticos e morais de cultura brasileira" seriam fundamentais nessa educação (Boletim..., n.3, 1958:2).

Quatro grandes temas, discutidos em comissões a partir das teses apresentadas pelos participantes dos diversos Estados, nortearam os trabalhos do II Congresso. No total, 210 teses foram apresentadas, ultrapassando, em muito, o Congresso de 1947. (Boletim..., n.2:1958). Esse dado por si só já é significativo do interesse crescente — provocado em gran-

de parte pela própria Campanha — que teve, no período, o tema da educação de adultos. Além disso, o II Congresso teve a participação de 1400 professores (Boletim..., n.7:1958). Quais foram, então, as idéias inovadoras, já referidas, trazidas pelo grupo de Pernambuco? Analisando o "Relatório Final do Seminário Regional de Educação de Adultos", que serviu de base para a participação do grupo no II Congresso, podem ser percebidas mudanças, em especial, nas conclusões da comissão em que Paulo Freire foi relator, de concepções em relação à visão que se tinha até então do analfabeto, da relação professor-aluno (educador-educando) e da necessidade de adequação dos conteúdos e métodos de ensino à realidade sociocultural do aluno adulto.

Foi a partir da discussão sobre a educação de adultos e as populações marginais, analisando especificamente o caso dos mocambos, que Paulo Freire, com um grupo de mais quatro intelectuais, lançou as bases do que se constituiria o seu sistema de alfabetização. Uma primeira observação feita pelo grupo que merece ser destacada é o papel que confere ao "povo" no processo de desenvolvimento por que passava o país: não bastava que participasse do processo, mas era indispensável que tivesse consciência dessa participação e pudesse tomar decisões a respeito dele, como convinha a uma verdadeira democracia. De "marginal", passaria a "participante do trabalho, da produção, do rendimento" (Seminário..., s.n.t.a, p.8). Nesse sentido, o preparo técnico da população seria indispensável. Citando Vieira Pinto, o grupo enfatizava a necessidade de que, no processo de promoção do ser colonial para o ser nacional, o povo deixasse de ser 'objeto do pensamento de outro' para 'ser sujeito de seu próprio pensamento' (Seminário..., s.n.t.a, p.7). O relatório é enfático no que se refere à participação do educando nas diversas etapas do processo educativo, o que se daria como preparação ou concomitante a uma participação social mais ampla: era preciso impedir que o trabalho educativo se fizesse "sobre ou para o homem, do tipo apenas alfabetizar ou de penetração auditiva sim-

plesmente, substituindo-o por aquele que se obtém com o homem" (Seminário..., s.n.t.a, p.8).

Quanto aos programas, o grupo sugeria que fossem, em parte, planejados com os alunos, para que pudessem corresponder à realidade existencial deles. Ao contrário da visão predominante até então, o grupo, influenciado pelo conceito antropológico de cultura, supera a visão preconceituosa que se tinha a respeito do analfabeto (PAIVA, 1987). A equipe propunha ainda que os métodos e processos educativos fossem renovados, rejeitando-se aqueles exclusivamente auditivos, recomendando, então, o uso de recursos audiovisuais — entre os quais a imprensa e a dramatização — e substituindo, o "discurso pela discussão" — o que poderia ser feito através de grupos (Seminário..., s.n.t.a, p.9). Pode-se perceber, portanto, a diferença qualitativa da discussão travada pela equipe pernambucana, ultrapassando a realização de críticas ou sugestões pontuais, ao redefinir conceitos e concepções fundamentais que vinham norteando, com pequenas variações, o ensino de adultos até então e introduzir novas preocupações no campo teórico-prático da educação de adultos.

Como os outros Estados brasileiros, Minas também realizou um Seminário Regional, em 1958, como forma de se preparar, através de "levantamentos de material e mobilização da opinião pública local" (Boletim..., n.2, 1958:5), para o II Congresso. Entre os temas discutidos constavam: a necessidade dos conselhos municipais de educação, as dificuldades de fiscalização do ensino, o cunho profissional da educação de adultos e a conveniência de se articularem os esforços comuns dos educadores. (Seminário..., s.n.t.b). O levantamento das condições da Campanha e das finalidades, formas e aspectos sociais da educação de adultos, bem como os problemas de organização e administração e os métodos e processos da educação de adultos foram temas abordados no Seminário, não se diferenciando substancialmente daqueles que seriam levantados no II Congresso. As dificuldades enfrentadas pela Campanha



no Estado — baixa frequência e aproveitamento dos alunos, professores mal remunerados e sem qualificação, inadequação de programas e material didático — se assemelham muito àquelas detectadas em nível nacional.

O texto intitulado “A educação de adultos e a democracia”, de Carmelita Prates da Silva, publicado integralmente nos Anais do II Congresso, talvez tenha sido o trabalho mais significativo apresentado pela delegação mineira, por trazer impressões de uma professora primária de grupo escolar noturno, de Belo Horizonte, sobre a Campanha e a educação de adultos em geral, em uma perspectiva de formar para a democracia. Com base em dados estatísticos, faz considerações sobre a realidade educacional brasileira na época. A autora critica a situação da educação de adultos em Minas, afirmando que “...a grande preferência é a educação infantil, que se desenvolve num Eldorado, com relação à educação de adolescentes e adultos.” Considera injustificável o descuido pela educação desse segmento, “como se a simples existência das escolas já significasse um grande privilégio.” Enumera, então, as diversas dificuldades que estavam sendo enfrentadas por esse tipo de ensino que, sem estímulo, incentivo ou assistência técnica, convivia com a precariedade dos prédios escolares, a insuficiência de material, a inadequação dos programas e a ausência de professores capacitados. Em relação à Campanha, a autora elogia sua intenção, mas indica que necessita de redefinição de seus rumos, quanto à orientação e ao programa: “É provável que seja exagerada a impressão geral, de que ela vem se limitando a uma simples técnica de assinar o nome. Mas são flagrantes as deficiências dos cursos de adultos.” (SILVA in: Congresso..., 1958:3). Traz dados sobre o desenvolvimento da Campanha em Minas, demonstrando que o seu auge havia sido em 1951 e, a partir daí, decrescente até 1957. Uma avaliação geral dos cursos promovidos é assim realizada:

*“Um curso de dois anos, com um programa de conhecimentos elementares,*

*valendo-se quase sempre de professores menos competentes, que aceitam o cargo por necessidade - uma vez que a remuneração é precaríssima - não pode dar resultados satisfatórios e nem corresponde aos ideais da Nação e às necessidades do aluno adulto.”* (SILVA in: Congresso..., 1958:3)

A contribuição dos participantes de Minas no II Congresso Nacional de Educação de Adultos esteve principalmente na realização de um diagnóstico das precárias condições de funcionamento da Campanha no Estado. No geral, pode-se afirmar que predominou, entre os participantes de Minas no Congresso, a concepção hegemônica, nos anos iniciais da Campanha, de que o objetivo maior da educação de adultos era a formação para a democracia.

Na avaliação de Paiva (1987), o II Congresso pode ser considerado um marco na história da educação de adultos no país, pois nele ficaram explícitas as dificuldades enfrentadas pela Campanha e delineadas novas concepções, idéias e métodos de ensino para adultos, dando início a uma transformação no pensamento pedagógico brasileiro, que se consubstanciaria nos anos anteriores ao golpe de 64. Se o final dos anos 50 representa a constatação do fracasso das grandes campanhas de massa, principalmente a partir de 1960, assiste-se, no Brasil, à emergência de diversos movimentos de educação e cultura populares,<sup>8</sup> caracterizando um dos momentos mais ricos da história da educação de adultos no país. A repercussão que teve esses movimentos, no contexto da sociedade da época, pode ser vista pela sua proliferação por todo o país às vésperas do golpe de 64. Em setembro de 1963, durante o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado no Recife, estiveram presentes 77 movimentos, dos quais 44 desenvolviam atividades de alfabetização de adultos (CUNHA & GÓES, 1989:31). Em 1963, quando já demonstravam sinais de esgotamento diante da nova configuração do país, todas as Campanhas foram extintas pelo decreto nº. 51.867, de 26 de

<sup>8</sup> Não é intenção deste trabalho aprofundar cada um desses movimentos. Existe uma vasta bibliografia sobre o tema. Ver, entre outros, BEISIEGEL (1989), FAVERO (1983), MANFREDI (1978), PAIVA (1987), CUNHA e GÓES (1989), SOUZA (1987), WANDERLEY (1984).

março. O decreto obedecia às prescrições da LDB de 1961, que tinha na descentralização do ensino um de seus princípios básicos (PAIVA, 1987).

Diversas foram as concepções a respeito da educação de adultos que conviveram no período compreendido entre o início da Campanha, em 1947, até o golpe de 64. Os papéis atribuídos a ela variaram em consequência de fatores diversos, mas no geral estiveram intimamente associados às transformações socioeconômicas, políticas e culturais ocorridas nos diferentes momentos históricos. Nos primeiros anos da Campanha, pode-se afirmar que a tônica dos discursos a respeito da educação de adultos era de que esta deveria estar à serviço da democracia. Externamente, a euforia do pós-guerra com a vitória do liberalismo democrático, a influência da UNESCO e, internamente, a queda do Estado Novo, a convocação de eleições, a volta do "espírito democrático" e a efervescência do debate educacional que antecedeu a edição da Lei 4.024/61 são fatores que ajudam a compreender à inserção da educação de adultos em um contexto de formação para a sociedade democrática. Em meados da década de 50, e o Congresso de 58 ilustra esse momento, embora no período anterior já se encontrasse também essa tendência, um outro papel, diretamente associado ao primeiro, passa a ser atribuído prioritariamente à educação de adultos: o de pôr-se à serviço do desenvolvimento

econômico do país. Os tempos de otimismo inaugurados por JK, o desenvolvimento industrial, o crescimento econômico, a promessa dos "cinquenta anos em cinco" também auxiliam na compreensão das funções então atribuídas ao ensino de adultos.

É ainda no final dos anos 50 e, principalmente, nos anos que antecederam ao golpe de 64, e já no Congresso de 58 também pode ser observada essa tendência, que a educação de adultos vai assumir um outro papel, que difere substancialmente dos dois primeiros. O eixo central desse tipo de educação passa a ser, agora, a idéia de conscientização. O adulto deveria ser formado para ter consciência das transformações por que estava passando a sociedade brasileira e, assim, poder tornar-se sujeito ativo nesses processos históricos. As reformas de base, as pressões populares, a intensificação da participação política dos intelectuais da classe média, o crescimento de organizações políticas, as crises que marcaram os anos de Jango na presidência certamente contribuíram para que fosse possível a gestação e o desenvolvimento de uma concepção de educação de adultos que se voltava fundamentalmente para a "transformação social". Concepção que, embora cerceada pelos anos de ditadura militar e pela política imprimida à educação de adultos pelo MOBRAF e pela 5.692/71, influenciou, por muito tempo, ainda, o desenvolvimento de práticas diversas em pontos diferentes do país.

## Referências Bibliográficas

### I- Documentos:

BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro: II Congresso Nacional de Educação de Adultos, n.1 - Síntese das Teses apresentadas ao Congresso, jul. 1958.

BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro: II Congresso Nacional de Educação de Adultos, n.2 - Relatório apresentado pela Comissão Julgadora, jul. 1958.

BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro: II Congresso Nacional de Educação de Adultos,

n.3 - Palavra do Presidente da República e do Ministro da Educação, jul. 1958.

BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro: II Congresso Nacional de Educação de Adultos, n.4 - Relação das Teses e dos Trabalhos apresentados, jul. 1958.

BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro: II Congresso Nacional de Educação de Adultos, n.5 - Relatório das Comissões; jul. 1958.

BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro: II Congresso Nacional de Educação de Adultos,

- tos, n.6 - Relatórios Aprovados na 3ª Sessão Plenária, jul. 1958.
- BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro: II Congresso Nacional de Educação de Adultos, n.7 - Relatórios Aprovados na 4ª Sessão Plenária, jul. 1958.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Relatório Quinquenal (1956-1960). Brasília, MEC, 1960.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Documentos Iniciais da Campanha. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, n.1, jan. 1947a.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Planejamento Geral da Campanha. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, n.2, fev., 1947b.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Reunião dos Delegados dos Estados, Territórios e Distrito Federal. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, n.3, mar. 1947c.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Instruções aos Professores de Ensino Supletivo. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, n.4, 4ª edição, fev.1952.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. II Reunião dos Delegados dos Estados, Territórios e Distrito Federal. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, n.6,1948d.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Relações com o Público e o Voluntariado. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, n.7, set., 1948b.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Histórico da Educação de Adultos no Brasil. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, n.8, maio 1949c.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Educação de Base para Adolescentes e Adultos. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, n.9, maio 1949b.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Campanha de Educação de Adultos. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, n.10, jan. 1949a.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Movimento do Ensino Supletivo nos anos de 1947 e 1948, Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, n.11, mar. 1950b.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Fundamentos e Metodologia do Ensino Supletivo. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, n.12, 1950a.
- CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS. Documentário Estatístico. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Relatório do SEA para o exercício de 1947. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, 1948c.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Relatório do SEA para o exercício de 1948. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, 1949d.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Relatório do SEA para o exercício de 1949. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, 1950c.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Relatório do SEA para o exercício de 1950. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, 1951.
- CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 1, 1947, Rio de Janeiro. R.J.: Ministério da Educação e Saúde, 1950.
- CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 2, 1958, Rio de Janeiro. Teses e Comunicados. R. J.: Ministério da Educação e Saúde, 1958. (Mimeogr.)
- L. D. B. Lei 5692 de 11.08.71, Capítulo IV. Ensino Supletivo. Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DSU, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1974.
- MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. MEMÓRIA. MEB 1961/1971: levantamento bibliográfico. Rio de Janeiro: CEDI, maio 1984.
- PORTARIA nº 8. Minas Gerais, Belo Horizonte, 29, abril, 1947, p.5.
- SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 1,1958, Belo Horizonte. Relatório. [s.n.t.] b (Mimeogr.)
- SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 1958, Recife. Relatório Final. [s.n.t.] a (Mimeogr.)

## II- Obras de Referência:

- BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e Educação Popular: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.
- BITTENCOURT, Ademar. (Org.) Fundos e Campanhas Educacionais. DNE, MEC, Rio de Janeiro: 1959.

- CARVALHO, Marlene Alves de Oliveira. Três Campanhas Brasileiras de Educação de Base no Período de 1947-1963: análise crítica e comparação. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ, 1977. 171p. (Dissertação, Mestrado).
- CUNHA, L. A.; GÓES, M. O Golpe na Educação. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- FAUTO, Boris. História do Brasil. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1995.
- FÁVERO, Osmar. (Org.) Cultura Popular - Educação Popular: memórias dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FREIRE, Paulo. Educação e Atualidade Brasileira. Tese de concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes de Pernambuco. Recife: 1959.
- HAADDAD, Sérgio. Estado e Educação de Adultos (1964-1985). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1991. 360p. (Tese, Doutorado).
- LEMME, Paschoal. Educação Supletiva - Educação de Adultos. Rio de Janeiro, 1940.
- MANFREDI, Sílvia M. Política: Educação Popular. São Paulo: Símbolo, 1978.
- PAIVA, Vanilda P. Educação Popular e Educação de Adultos. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1987.
- ROMANELLI, O. de O. História da Educação do Brasil (1930-1973). Petrópolis: Vozes, 1978.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- THOMPSON, Paul. A voz do passado - história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. W. Educar para Transformar. Petrópolis: Vozes, 1984.